interapia

V. 3 N. 2 (2025) · ENSAIO TEÓRICO · ISSN 3085-9085

ENSAIO TEÓRICO PSICANÁLISE E CULTURA DIGITAL

A realidade em colapso: uma leitura psicanalítica do descolamento da realidade na era dos dispositivos digitais

Reality in collapse: a psychoanalytic reading of detachment from reality in the age of digital devices

Daniel Castelani Barreto da Silva

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a tese de que o uso intensivo de dispositivos digitais produz um descolamento da relação do sujeito com a realidade, e de que esse descolamento não é efeito colateral da tecnologia, mas resultado de uma arquitetura econômica que dele extrai valor. O percurso é teórico-conceitual. Recupera-se a distinção lacaniana entre real, simbólico e imaginário e a análise freudiana da suspensão do juízo crítico na formação de massa; examinam-se em seguida três descrições da mediação técnica da experiência — o espetáculo em Debord, o simulacro em Baudrillard e o capitalismo de vigilância em Zuboff — e o diagnóstico de Han sobre o regime de positividade. Sustenta-se que a articulação entre essas tradições é legítima, mas exige explicitação: crítica cultural, economia política e psicanálise não descrevem o mesmo objeto, e termos homônimos como desejo e real recebem em cada uma definições não intercambiáveis. O rendimento propriamente psicanalítico não está em diagnosticar a cultura, e sim em localizar o que, no dispositivo digital, incide sobre a economia do desejo: a oferta contínua de objetos que suspende a inscrição da falta. O colapso em questão não é o da realidade, mas o do trabalho simbólico que a sustenta como compartilhada.

Palavras-chave: psicanálise; real; imaginário; capitalismo de vigilância; cultura digital.

ABSTRACT

This article examines the thesis that intensive use of digital devices produces a detachment in the subject's relation to reality, and that such detachment is not a side effect of technology but the result of an economic architecture that extracts value from it. The approach is theoretical and conceptual. It recovers the Lacanian distinction between the real, the symbolic and the imaginary and the Freudian analysis of the suspension of critical judgement in group formation; it then examines three accounts of the technical mediation of experience — Debord's spectacle, Baudrillard's simulacrum and Zuboff's surveillance capitalism — and Han's diagnosis of the regime of positivity. Articulating these traditions is legitimate but requires explicit justification: cultural critique, political economy and psychoanalysis do not describe the same object, and homonymous terms such as desire and the real receive non-interchangeable definitions in each. The specifically psychoanalytic yield lies not in diagnosing culture but in locating what, in the digital device, bears upon the economy of desire: a continuous supply of objects that suspends the inscription of lack. What collapses is not reality, but the symbolic labour that sustains it as shared.

Keywords: psychoanalysis; the real; the imaginary; surveillance capitalism; digital culture.

1 Introdução

A hipótese de que a vida digital afasta o sujeito da realidade tornou-se tão corrente que raramente se examina o que nela está sendo afirmado. A formulação supõe uma realidade disponível antes e fora do dispositivo técnico, e um sujeito que dela se distanciaria por excesso de exposição à tela. Nenhum dos dois termos resiste ao exame psi-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

canalítico: a realidade nunca foi dado bruto, mas construção que supõe o trabalho de simbolização, e o sujeito que a habita não preexiste a esse trabalho. O que há a investigar não é a perda de um acesso direto ao mundo — acesso que jamais existiu —, mas a alteração das condições em que esse trabalho se realiza.

O argumento conserva a tese do texto que lhe serve de origem: o enfraquecimento da relação com o real não é acidente nem fatalidade técnica, mas efeito de uma organização econômica que encontra rendimento na captura da atenção e na produção de engajamento. Conserva igualmente seu campo teórico: a psicanálise freudiana e lacaniana, em diálogo com a crítica da imagem em Debord, o simulacro em Baudrillard, a economia política das plataformas em Zuboff e o diagnóstico cultural de Han. O que se modifica é o estatuto do cruzamento entre esses registros: trata-se de explicitar as operações de tradução que o tornam possível, em vez de supô-las realizadas.

Essa exigência não é formalidade. Debord, Baudrillard, Zuboff, Han e Lacan empregam vocabulário parcialmente comum — imagem, desejo, real, alienação — com significados que não coincidem. A alienação de que fala Debord é categoria da crítica da economia política: perda, pelo produtor, do controle sobre o produto de sua atividade. A de que fala Lacan é operação constitutiva, anterior a qualquer condição histórica, e não consequência de um arranjo social reversível. Tomar uma pela outra converte um conceito clínico em metáfora sociológica e atribui à crítica social um alcance ontológico que ela não reivindica.

A pergunta final do texto-fonte — a quem interessa o estado de alienação generalizada — é mantida como questão organizadora, com uma ressalva de método. A resposta não pode consistir em imputação de conduta ilícita a empresas determinadas, afirmação que exigiria prova de outra natureza. Pode consistir na descrição de um modelo de negócio cujos incentivos são públicos e cujas consequências subjetivas são o objeto próprio desta análise.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários. O corpus principal reúne quatro conjuntos. O primeiro é psicanalítico: os textos freudianos sobre a formação de massa e sobre a relação entre princípio de prazer e princípio de realidade, e os textos lacanianos em que se estabelecem o estádio do espelho, a tríade registral e a função do objeto na economia do gozo. O segundo é da crítica da cultura: *A sociedade do espetáculo*, de Debord, e *Simulacros e simulação*, de Baudrillard. O terceiro é *A era do capitalismo de vigilância*, de Zuboff. O quarto reúne o diagnóstico de Han sobre o regime de positividade, em *Sociedade do cansaço*, *A sociedade da transparência* e *No enxame*.

Dois critérios orientaram a seleção. Incluíram-se apenas obras de autoria estabelecida, em edição brasileira ou portuguesa identificável, que formulassem tese própria sobre a mediação técnica da experiência ou a constituição subjetiva; excluíram-se textos de divulgação e referências ilustrativas. Exigiu-se que a transposição entre tradições fosse enunciada e justificada — onde a justificativa não se sustentou, a aproximação foi mantida com estatuto declaradamente analógico.

O procedimento tem três etapas: reconstituem-se as coordenadas psicanalíticas que permitem falar de real e de realidade sem ambiguidade; examinam-se as descrições da mediação, verificando o que cada uma afirma e sob que estatuto; confrontam-se, por fim, essas descrições com a economia do desejo, de modo a isolar o que cabe à psicanálise afirmar sobre a experiência digital.

3 Coordenadas psicanalíticas

3.1 Realidade como construção e a suspensão do juízo

A oposição entre princípio de prazer e princípio de realidade, tal como Freud (1996a) a formula em 1911, não descreve o encontro entre um aparelho psíquico e um mundo exterior já constituído. Descreve a instalação, no próprio aparelho, de uma função que suspende a descarga imediata, sustenta a representação na ausência do objeto e torna possível o pensamento como ação experimental. A realidade, nesse quadro, é menos o que está fora do que o que resulta de um trabalho: prova, adiamento, julgamento.

A consequência para o problema aqui tratado é direta. Dizer que a imersão digital produz descolamento da realidade só adquire precisão se significar que ela desfavorece as condições desse trabalho: o intervalo entre estímulo e resposta, a tolerância à ausência, a prova que distingue representação e percepção. O diagnóstico deixa de ser perceptivo — o sujeito veria mal — e passa a ser econômico: o sujeito não precisa adiar.

Freud (1996b) oferece, em 1921, o segundo elemento necessário. A análise da formação de massa mostra que a suspensão do juízo crítico não decorre de ignorância, mas de uma operação libidinal precisa: os integrantes do gru-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

po substituem o próprio ideal do eu por um objeto comum e, por essa via, identificam-se entre si. O rebaixamento intelectual que Freud descreve é consequência estrutural desse rearranjo, não defeito moral dos participantes — e o argumento é construído em diálogo crítico com Le Bon, de quem Freud retém a descrição fenomênica e recusa a explicação por contágio. A transposição para o ambiente digital requer cautela: Han (2018) sustenta que o enxame digital não constitui massa, por lhe faltarem voz comum e capacidade de ação concertada. A comparação serve, portanto, para marcar uma diferença tanto quanto uma semelhança.

3.2 Imaginário, especularidade e a alienação constitutiva

O estádio do espelho (Lacan, 1998a) descreve a antecipação, pela imagem, de uma unidade corporal que a experiência motora ainda não sustenta. É nessa forma exterior que se constitui o eu, e por isso o eu é, desde a origem, instância de desconhecimento. Trata-se de alienação estrutural: não há constituição do eu sem ela, e nenhuma condição histórica a suprime.

A analogia com a rede social é parcialmente legítima: o perfil é imagem ideal, oferecida ao olhar e devolvida por ele sob forma de contagem, e a rivalidade imaginária que Lacan situa na relação especular encontra no ambiente comparativo das plataformas um suporte eficaz. A analogia tem, contudo, dois limites. Primeiro, o espelho lacaniano é momento lógico de constituição, não prática recorrente: o adulto que administra seu perfil não repete o estádio do espelho, opera com um eu já formado nele. Segundo, e mais decisivo, a imagem digital não é apenas vista — é medida. O que retorna ao sujeito não é somente o olhar do outro, mas um índice quantificado produzido por um terceiro termo, o dispositivo, que tem interesse próprio no resultado. Esse elemento não tem correspondente no esquema especular clássico e exige a mediação de outra teoria, examinada na seção 4.3.

3.3 O real, e o que não se deve chamar de foraclusão

O real lacaniano não é a realidade empírica nem o conjunto dos fatos verificáveis: é o que resiste à simbolização, o impossível de inscrever, que se manifesta por seus efeitos de ruptura. Daí uma consequência frequentemente negligenciada — o real não pode ser perdido, porque nunca esteve disponível, e expressões como perda do real ou colapso do real, em sentido lacaniano estrito, são contraditórias. O que pode enfraquecer-se é o registro simbólico, tecido de mediações e referências partilhadas que torna a experiência comunicável e a realidade, comum. É nesse sentido preciso que a expressão colapso da realidade pode ser conservada: colapso não do real, mas do trabalho simbólico que sustenta uma realidade compartilhada.

Pela mesma razão, convém recusar a aplicação do conceito de foraclusão do Nome-do-Pai ao ambiente digital. A foraclusão designa a não inscrição de um significante fundamental, com consequências determinadas e irreversíveis sobre a estrutura do sujeito. Usá-la para descrever o enfraquecimento de mediações sociais é empréstimo retórico que psicopatologiza um fenômeno coletivo e esvazia um conceito cuja utilidade é diagnóstica. O que o ambiente digital pode fragilizar são operações de mediação simbólica em sujeitos já estruturados — afirmação mais modesta e verificável.

4 Três descrições da mediação técnica

4.1 Debord: a imagem como relação social

Debord (1997) não afirma que o mundo foi substituído por imagens. Sua tese é que o espetáculo é uma relação social entre pessoas mediada por imagens, e que o capitalismo avançado generalizou essa mediação a ponto de tornar residual a vivência direta. A célebre primeira tese — tudo o que era vivido diretamente afastou-se numa representação — enuncia deslocamento de mediação, não desaparecimento de referente.

A contribuição de Debord é dupla: fornece um modelo em que a imagem não é ilusão a dissipar, mas forma objetiva assumida pela relação social, e estabelece que o espetáculo é inseparável de uma condição econômica, não efeito de um aparato técnico isolado — o que autoriza, adiante, a articulação com Zuboff. O que Debord não oferece, nem pretende oferecer, é uma teoria do sujeito: sua alienação não descreve o que ocorre na economia libidinal de quem olha.

4.2 Baudrillard: simulacro e indiferença ao referente

Baudrillard (1991) radicaliza a posição. Se em Debord a imagem recobre uma relação que permanece pressuposta, em Baudrillard o signo deixa de remeter a qualquer referente: o simulacro é cópia sem original, e a hiper-realidade é o estado em que os signos de realidade são mais consistentes e consumíveis do que aquilo que deveriam representar. A oposição entre verdadeiro e falso perde a função de operador, não porque a mentira triunfe, mas porque deixa de haver o solo contra o qual ela se destacava.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

A pertinência para a circulação digital é imediata. A ordenação algorítmica por engajamento é indiferente ao critério de veracidade: o que a organiza é a propensão de um item a ser propagado. Vídeos recortados, conteúdos sintéticos e reconstruções anacrônicas circulam no mesmo plano do registro documental, e nada na arquitetura da circulação os distingue.

Cabe aqui uma ressalva. A tese de Baudrillard é deliberadamente excessiva, e tomá-la ao pé da letra produz paralisia analítica: se não há referente, não há erro a corrigir nem crítica a formular. O uso produtivo da categoria consiste em descrever uma tendência — o enfraquecimento do critério de verificação como operador social — sem convertê-la em estado consumado. A distinção importa clinicamente: um sujeito que já não dispõe de meios para verificar e um sujeito para quem verificar deixou de ter sentido não ocupam a mesma posição.

4.3 Zuboff: a extração comportamental como modelo de negócio

Zuboff (2019) descreve um arranjo econômico específico. O excedente comportamental — os dados produzidos pela interação que excedem o necessário à prestação do serviço — é apropriado como matéria-prima, processado em produtos de predição e vendido em mercados de comportamentos futuros. A novidade reivindicada não é a vigilância, antiga, nem a publicidade dirigida, mas a conversão da predição em mercadoria e o interesse econômico em intervir sobre o comportamento para tornar a predição mais confiável.

Esse é o elemento que faltava às descrições anteriores. Debord e Baudrillard descrevem uma condição cultural; Zuboff identifica um mecanismo de incentivo e seus beneficiários. É sobre esse terreno, e não sobre imputações de conduta a empresas determinadas, que a pergunta a quem interessa recebe resposta analítica. O interesse é estrutural: sistemas remunerados por tempo de permanência e por previsibilidade comportamental tendem a selecionar os conteúdos que melhor produzem permanência, e os que mobilizam indignação, alarme ou pertencimento polarizado cumprem essa função com eficiência. Não é preciso postular intenção deliberada de desinformar para explicar o resultado — basta descrever o critério de seleção, formulação que dispensa a atribuição de propósito e sobrevive à substituição dos atores.

Permanece a diferença de registro. Quando Zuboff fala em modificar o comportamento, trata de ação observável e mensurável. Quando a psicanálise fala em desejo, não trata de comportamento, de preferência nem de demanda: trata do que se articula na falta, não satisfazível por objeto algum. Um sistema pode modelar escolhas sem tocar o desejo nesse sentido, e é essa não coincidência que o torna clinicamente interessante.

AUTOR	OPERAÇÃO DESCRITA	REGISTRO DO ARGUMENTO	LIMITE DA TRANSPOSIÇÃO
Debord	Relação social mediada por imagens	Crítica da economia política	Alienação social, não constitutiva
Baudrillard	Signo sem referente; hiper-realidade	Crítica semiológica	Tese excessiva; tendência, não estado
Zuboff	Excedente comportamental vira predição	Economia política empírica	Comportamento não equivale a desejo
Han	Excesso de positividade e desempenho	Diagnóstico cultural	Cansaço não é categoria metapsicológica
Lacan	Falta estrutural; eu alienado na imagem	Metapsicologia	Não descreve causalidade histórica

Tabela 1 — Registros de argumentação dos autores mobilizados e condição de legitimidade de cada transposição. A coluna final indica o que cada tradição não autoriza afirmar fora de seu campo.

5 Positividade, gozo e a economia do desejo

Han (2015) caracteriza a formação social contemporânea como regime de desempenho, sucessor do regime disciplinar. Seu operador não é a proibição, mas o incitamento: pode-se sempre mais. A coerção torna-se interna, o sujeito explora a si mesmo acreditando realizar-se, e o esgotamento substitui a transgressão como forma dominante do mal-estar. Em *A sociedade da transparência* (Han, 2017), o mesmo movimento é lido como supressão da negatividade: o que resiste à exposição — o segredo, a distância, a demora — é tratado como atrito a eliminar.

A proximidade com a psicanálise é real, e o risco de confusão também. Quando Han sustenta que a supressão da negatividade adoece, descreve uma configuração cultural; quando a psicanálise sustenta que a falta é condição do desejo, enuncia proposição metapsicológica sobre a estrutura do aparelho. As duas afirmações rimam sem ter o mesmo estatuto: a primeira é diagnóstico histórico, revisável; a segunda, axioma teórico que nenhuma transfor-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

mação social confirma ou refuta. Tratar o cansaço como categoria metapsicológica, ou a falta como variável histórica, é o erro a evitar.

Feita a distinção, a articulação torna-se enunciável. O desejo, na formulação lacaniana, sustenta-se na falta: supõe um objeto que nunca é o objeto, e é desse desencontro que extrai sua causa e sua duração. A arquitetura digital opera no sentido inverso — reduz ao mínimo o intervalo entre demanda e oferta de objeto, produzindo objetos novos antes que a falta se inscreva. O que se oferece não é satisfação do desejo, mas sua substituição por um circuito de gozo: repetitivo, mensurável, sem termo e sem sujeito.

Esta é a proposição central do artigo, e convém enunciá-la sem ornamento. O problema do dispositivo digital, do ponto de vista psicanalítico, não é mostrar imagens falsas: é não deixar faltar. A rolagem contínua, a notificação e a recomendação que antecipa a procura constituem um regime em que a ausência do objeto não dura o bastante para produzir seus efeitos estruturantes — o adiamento, a representação, a pergunta. Dunker (2015) observa, em registro próximo, que o mal-estar contemporâneo se organiza menos por interdição do que por indeterminação e excesso de ofertas de sentido. Daí decorre não um sujeito enganado, que bastaria informar, mas um sujeito com menos ocasião de desejar, cuja relação com a realidade compartilhada se afrouxa porque é o trabalho simbólico, não a percepção, que fica sem emprego.

Dessa posição decorre uma consequência sobre os fenômenos reunidos sob o nome de negacionismo. Tratá-los como déficit de informação é empiricamente frágil: a adesão a narrativas improváveis costuma coexistir com acesso amplo a informação contrária. A hipótese psicanalítica é outra. A certeza oferecida por uma narrativa totalizante tem função: supre a indeterminação, restitui um Outro consistente que sabe e converte angústia, afeto sem objeto, em medo, que tem destinatário. A oferta de inimigos é alívio econômico antes de ser erro cognitivo, e é por isso que a refutação factual é tão pouco eficaz: endereça o conteúdo, não a função que a crença cumpre.

6 A caverna, e o que a alegoria não autoriza

A alegoria da caverna (Platão, 2006) oferece uma imagem poderosa para o argumento, e por isso mesmo convém examinar seu ajuste. A analogia funciona em três pontos: os prisioneiros tomam sombras por realidade; as sombras são projetadas por um dispositivo que eles não veem; e a saída é processo doloroso e resistido, não simples correção de informação. O terceiro ponto é o mais valioso, por antecipar o que a clínica confirma — a renúncia a uma certeza satisfatória não se obtém por demonstração.

A alegoria falha, contudo, em dois pontos decisivos. Supõe, primeiro, um fora da caverna: um mundo acessível ao prisioneiro liberto, luz contra sombra, verdade contra aparência. A psicanálise não dispõe desse fora: não há posição a partir da qual o sujeito veja o real sem mediação, e a análise não promete lucidez, mas uma relação menos custosa com a divisão que o constitui. Supõe, em segundo lugar, prisioneiros acorrentados contra a vontade, e nada no fenômeno descrito corresponde a isso — o sujeito contemporâneo não é retido na tela, procura-a porque ali encontra algo. Descrevê-lo como cativo é analiticamente estéril: dispensa a pergunta pela satisfação em jogo, que é a pergunta psicanalítica.

Conservada como figura retórica e recusada como modelo epistemológico, a alegoria lembra que o problema da mediação é antigo: o que há de novo não é a mediação, mas sua escala, sua personalização e o fato de ser operada por agentes com interesse econômico mensurável em seus efeitos.

Considerações finais

O percurso permite três conclusões de alcance distinto. A primeira é terminológica, e não por isso menor: o que se designa como colapso da realidade não é perda do real — expressão sem sentido no vocabulário lacaniano — nem falha de percepção, mas enfraquecimento do trabalho simbólico pelo qual uma realidade se torna comum: a prova, o adiamento, a disputa regrada sobre o que conta como fato. Nomear corretamente o fenômeno é condição para que a crítica tenha endereço.

A segunda diz respeito à articulação teórica. Debord, Baudrillard, Zuboff e Han contribuem com descrições não equivalentes, cuja convergência aparente decorre em parte de homonímia. Reunidos sem distinção, produzem um diagnóstico impressionante e inoperante; distinguidos, repartem o trabalho: Zuboff explica o incentivo, Debord e Baudrillard descrevem a forma cultural assumida, Han caracteriza a posição subjetiva resultante, e a psicanálise responde pela economia do desejo que nenhum dos três alcança.

A terceira é a que cabe propriamente a este campo. Se a questão é a quem interessa, a resposta analítica não aponta conspiração nem exige imputação de conduta a atores nomeados. Aponta um arranjo em que a atenção é insu-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

mo, a permanência é receita e a previsibilidade é produto — e no qual o sujeito que desejaria, porque desejar supõe esperar, é menos rentável que o sujeito que consome. A alienação resultante não é ilusão a dissipar por esclarecimento: é posição sustentada por satisfação efetiva, e por isso resiste.

Resta o que esta via não pode fazer sozinha. A psicanálise não produz regulação de plataformas nem política de educação midiática, e seria presunçoso que o pretendesse. O que pode oferecer é a demonstração de que intervenções concebidas como correção informacional terão alcance limitado enquanto desconhecerem a função econômica que a crença cumpre para quem a sustenta — e devolver ao debate sobre o digital a pergunta pela satisfação, que o vocabulário da desinformação sistematicamente omite.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. A revista não dispõe de declaração do autor; o manuscrito, do acervo, foi recebido pela direção anterior, que não a solicitava.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 237-244.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 77-154.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 67-148.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, B.-C. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, B.-C. *No enxame*: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 96-103.

LACAN, J. *O seminário, livro 11*: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

LACAN, J. *O seminário, livro 17*: o avesso da psicanálise (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. *O seminário, livro 20*: mais, ainda (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c. p. 496-533.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância*: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

COMO CITAR

SILVA, D. C. B. A realidade em colapso: uma leitura psicanalítica do descolamento da realidade na era dos dispositivos digitais. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 19-25, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.